

in *Cartas de Análise Social da Educação*,
Área de Análise Social e Organizacional da
Educação - Univ. do Rio de Janeiro - Brasil - 1987

POLÍTICAS DE COMBATE AO INSUCESSO ESCOLAR

Carlos Alberto Gomes

O insucesso escolar não atinge, de igual modo, todas as classes e grupos sociais. Concentra-se, principalmente, naqueles sectores sociais convencionalmente designados pela expressão classes desfavorecidas. Incluem-se, nesta categoria social, aquelas crianças e jovens provenientes de famílias operárias, camponesas, de minorias étnicas, vivendo, por vezes, em bairros de lata ou em zonas urbanas degradadas, nos subúrbios das grandes cidades ou no isolamento de certos meios rurais.

É principalmente às crianças e jovens destes meios sociais que se destinam as diversas políticas educativas de combate ao insucesso escolar. O seu sub-rendimento escolar - expresso em elevadas taxas de insucesso escolar (reprovações, seguidas de repetências ou abandonos) - justificou, nomeadamente nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha (décadas de 50 e 60) e, mais recentemente em França, (a partir de 1981), a adopção de um conjunto de medidas de política educativa e social que visavam enfrentar o problema.

1. A Educação compensatória - E.U.A.

Neste país, desenvolveram-se, na época citada, um conjunto de programas educativos de "compensação" dirigidos às crianças não privilegiadas em idade pré-escolar ou nos primeiros anos de escolaridade obrigatória. A ideia base que dava sentido a esses programas era a seguinte: o insucesso escolar das referidas crianças devia-se, fundamentalmente, à impossibilidade de obterem, no ambiente familiar e social em que cresciam, o tipo de experiências educativas consideradas favoráveis ao sucesso escolar.

A carreira escolar dessas crianças era gravemente afectada não só pela pobreza, baixos salários, desemprego e más condições habitacionais que caracterizavam as condições de vida das áreas urbanas onde residiam, como também, o que era tido como factor decisivo, pela "ausência de cultura" que caracterizaria as classes sociais situadas no escalão inferior da hierarquia social. Em consequência, as crianças vistas como "privadas de cultura" estariam condenadas, se não se fizesse algo por elas, a não conseguirem aproveitar as oportunidades de promoção social que lhes eram oferecidas pelo sistema educativo.

Foi exactamente para "compensar" as alegadas "deficiências" culturais e lingüísticas que se levaram a cabo uma série de programas de "enriquecimento cultural" destinados a dar à criança que "nada sabe de poesia, de música, ou de pintura" ou que não teve acesso "às experiências requeridas ao adequado desenvolvimento dos processos necessários à aquisição das aptidões para o uso dos símbolos lingüísticos e matemáticos" a preparação pré-escolar que lhe permitisse dar uma resposta positiva às exigências da escolaridade, aumentando-lhe, assim, as possibilidades futuras de êxito escolar.

Alguns exemplos dos numerosos programas educativos desenvolvidos: o **Head Start Program**, para crianças de 3 a 5 anos de idade, tinha como objectivo "encorajar o desenvolvimento intelectual, social e emocional das crianças em ordem a promover o seu rendimento escolar"; o **Follow Through Program**, dava apoio financeiro e pedagógico aos três primeiros anos da escola primária; o **Demonstration Guidance Project** e o **Higher Horizons Program**, desenvolvidos entre 1956 e 1962, incluíam esquemas de aconselhamento psicológico e actividades lectivas com base em turmas de reduzida dimensão. Por fim, um programa que se inscreve noutra domfño: o da democratização do acesso ao ensino superior. O **Upward Bound Program**, (1965), teve como

finalidade contribuir para que fosse maior o número de estudantes de famílias pobre a obter admissão às instituições de ensino superior.

2. "Áreas de educação prioritária" e "Discriminação Positiva" - G.B.

O relatório Plowden (1967) marca o desenvolvimento da educação compensatória na Grã-Bretanha. O projecto baseava-se nos conceitos de "AREA DE EDUCAÇÃO PRIORITARIA" (A.E.P.) - "uma área na qual a coexistência de privações, de bairros pobres, pobreza generalizada e desemprego, é suficientemente marcante para justificar uma ajuda compensatória na rede escolar" e de "discriminação positiva", isto é, a política educativa deveria orientar-se no sentido de favorecer as áreas que se encontrassem numa situação de maior carência. A necessidades especiais deveria corresponder uma ajuda especial por parte das autoridades públicas responsáveis pela educação.

O relatório denunciava o facto de o insucesso escolar de muitas crianças desfavorecidas se verificar logo ao nível do ensino primário "há escolas primárias das quais é raro sair alguma criança para frequentar o ensino secundário; entram nelas crianças com boas aptidões mas, apesar de a sua escolarização mal ter começado, encontram já fechadas as portas que conduzem às oportunidades educativas".

As causas do fracasso escolar eram situadas, no referido relatório, na "inadequação" do meio familiar e social - "os lares e as localidades de onde vêm muitas crianças fornecem pouco apoio e estímulo à aprendizagem". Tal como nos E.U.A., o sistema social e escolar estava fora de questão. Eram os próprios fracassos os "culpados", por assim dizer, do seu fracasso.

Ora, as crianças dos bairros pobres estavam, relativamente às possibilidades de sucesso escolar, numa clara e indiscutível desvantagem se se comparasse a sua situação com a das crianças das classes médias e

superiores. Estas últimas, para além de beneficiarem de uma melhor situação material (salários mais elevados dos seus pais, maior segurança no emprego, residência em zonas urbanas privilegiadas) recebiam, nos seus lares, um tipo de educação que as familiarizava, desde muito cedo, com o tipo de valores e hábitos culturais valorizados na escola. A proximidade existente entre a cultura escolar e a das crianças das classes médias, confere, a estas últimas, maiores possibilidades de vencer na escola.

Não era a escola que tinha de se transformar para ir ao encontro dos jovens cuja cultura se afastava da que ela oficialmente valorizava. O relatório Plowden reservava-lhe um outro papel: o de funcionar como "agente compensador". Mas as escolas, particularmente aquelas que se situavam nas áreas desfavorecidas, só puderiam desempenhar eficazmente esse papel se fossem, elas próprias, ajudadas. Assim, a política educativa "compensatória" defendia designadamente: a construção, nas áreas prioritárias, de novas escolas ou a melhoria das existentes; a construção de jardins de infância; o aumento do número de professores nas áreas urbanas com forte presença de comunidades imigrantes; a elevação dos salários dos professores que aceitassem ir trabalhar para as áreas urbanas "socialmente explosivas"; a introdução de esquemas de orientação escolar; a doação de livros e de outro equipamento escolar; a criação de melhores condições pedagógicas através de criação de turmas que não ultrapassassem o número limite de 30 alunos, etc.

São aspectos de uma política educativa e social orientada para "tornar as escolas das áreas com maiores privações tão boas quanto as melhores no país" e de, nessa linha, contribuir para uma maior igualdade escolar e social.

3. Uma experiência educativa recente - França.

O governo socialista francês reconhecendo a necessidade de pôr em

prática políticas educativas de democratização social decidiu, em 1981, implementar um programa educativo de luta contra as desigualdades escolares. Sendo recente, o programa estará em fase de desenvolvimento. Como não dispomos de informação que nos permita, neste artigo, dar conta dos resultados entretanto conseguidos, limitar-nos-emos a salientar a extrema clareza com que foram definidos os objectivos a alcançar.

As "zonas de educação prioritária" foram o instrumento de política educativa utilizado para orientar a acção. A 1 de Julho de 1981, uma circular ministerial deixa claro que tais zonas têm como "fim prioritário contribuir para corrigir a desigualdade social, pelo reforço selectivo da acção educativa nas zonas e nos meios sociais em que a taxa de insucesso escolar é mais elevada".

Conclusão

A educação compensatória foi objecto de duras críticas por parte de sociólogos da educação. A crítica fundamentou-se na recusa dos pressupostos ideológicos destes programas - isto é, na atribuição da responsabilidade do insucesso escolar à inadequação da educação informal da família. Tal atribuição ocultava a responsabilidade da sociedade em geral e da escola em particular, na produção desse insucesso. Também foi criticado o conceito de "privação cultural" por implicar a negação de uma cultura com valor próprio. A das classes desfavorecidas. A cultura "válida" era, apenas, a da classe média.

Todavia, é de salientar que tais críticas, por mais justas que fossem, não puseram em causa a necessidade de dar uma atenção especial aos grupos desfavorecidos nem, de igual modo, a necessidade de reduzir o insucesso escolar nesses grupos.

Além disso é preciso recordar que tais políticas ultrapassam o âmbito meramente educativo, inserindo-se numa lógica de intervenção social mais ampla.

Através delas foi realizado um grande investimento financeiro e esforço de investigação em áreas tradicionalmente votadas ao esquecimento.

As políticas de combate ao insucesso escolar chamam a atenção para uma ideia importante: o insucesso escolar não constitui necessariamente uma fatalidade.